

ARTIGO 10.22481/praxisedu.v15i33.5297**PNBE DO PROFESSOR: LEITURA NA FORMAÇÃO, LEITURA NA PROFISSÃO,
EIS A QUESTÃO!¹****TEACHER'S PNBE: READING TRAINING, READING IN THE PROFESSION: THAT IS
THE QUESTION!****PNBE DEL PROFESOR: LA FORMACIÓN DE LEER, ¿LA LECTURA EN LA
PROFESIÓN, QUE ES LA CUESTIÓN!***Claudia Leite Brandão*

Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – Brasil

Sílvia de Fátima Pilegi Rodrigues

Universidade Federal de Mato Grosso - Brasil

Resumo: O objetivo deste texto é analisar a distribuição de livros teóricos e metodológicos para as escolas públicas pelo PNBE do Professor 2010 e 2013. Para isso, partimos de uma abordagem qualitativa, com a pesquisa bibliográfica acerca de alguns conceitos da leitura, passando pela pesquisa documental para a compreensão do PNBE do Professor e um estudo de caso realizado na cidade de Primavera do Leste – Mato Grosso, no período de 2014 a 2016, com trinta (30) professores/as da rede estadual para abordar o (des)conhecimento das obras distribuídos pelo Programa. Os resultados apontaram que a distribuição dos acervos do PNBE do Professor foi efetivada, porém professores/as ainda desconheciam a chegada desses materiais nos estabelecimentos de ensino. Essa constatação nos levou a compreender a importância da implementação de ações dentro das unidades escolares para a promoção da divulgação dos materiais entre os profissionais da educação, assim como a articulação dos materiais do PNBE do Professor com os programas de formação docente.

Palavras-chave: Formação do leitor. PNBE do Professor. Políticas públicas de leitura. Professor-leitor.

Abstract: The purpose of this text is to analyze the distribution of theoretical and methodological books for public schools by Professor PNBE (PNBE do Professor) for the years 2010 and 2013. For this, we start with a qualitative approach, with bibliographical research about some concepts of reading, the understanding of the Teacher's PNBE and a case study carried out in the city of Primavera do Leste - Mato Grosso, in the period from 2014 to 2016, with thirty (30) teachers from the state network to address the (dis) knowledge of distributed works by the Program. The results indicated that the distribution of the teacher's PNBE collections was made, but teachers were still unaware of the arrival of these materials in educational establishments. This finding led us to understand the importance of implementing actions within school units to promote the dissemination of materials

¹Este artigo é resultado de pesquisa intitulada PNBE do Professor: Usos e desusos, desenvolvida por integrantes do Grupo de Pesquisa sobre Alfabetização e Leitura (ALFALE), da Universidade Federal de Mato Grosso, no período de 2014 a 2016.

among education professionals, as well as the articulation of the teacher's PNBE materials with the teacher training programs.

Keywords: Formation of the reader. Teacher's PNBE. Policies for reading. Teacher-reading.

Resumen: El objetivo de este texto es analizar la distribución de libros teóricos y metodológicos para las escuelas públicas por el PNBE del Profesor 2010 y 2013. Para ello, partimos de un abordaje cualitativo, con la investigación bibliográfica acerca de algunos conceptos de la lectura, pasando por la investigación documental para la comprensión del PNBE del Profesor (PNBE do Professor) y un estudio de caso realizado en la ciudad de Primavera del Este - Mato Grosso, en el período de 2014 a 2016, con treinta (30) profesores / as de la red estadual para abordar el (des) conocimiento de las obras distribuidas por el Programa. Los resultados apuntaron que la distribución de los acervos del PNBE del Profesor fue efectuada, pero profesores / as aún desconocía la llegada de esos materiales en los establecimientos de enseñanza. Esta constatación nos llevó a comprender la importancia de la implementación de acciones dentro de las unidades escolares para la promoción de la divulgación de los materiales entre los profesionales de la educación, así como la articulación de los materiales del PNBE del Profesor con los programas de formación docente.

Palabras clave: Formación de lector. PNBE Profesor. Políticas públicas de lectura. Profesor lector.

Introdução

Leitores podem ser descritos como pessoas aptas a utilizar textos em benefício próprio, seja por motivação estética, seja para receber informações, seja como instrumento para ampliar sua visão do mundo, seja por motivos religiosos, seja por puro e simples entretenimento. (AZEVEDO, 2004, p. 38).

É discurso constante de que aprender a ler é compromisso da escola, sendo o professor o principal agente responsável pela formação de alunos leitores. Entretanto, para que o docente forme leitores, primeiramente, ele precisa ser um leitor, processo que se faz necessário desde a formação acadêmica até no exercício da profissão. Nesta perspectiva, Silva (2011), Souza e Giroto (2009), Andrade (2007), Yunes (1995) e outros autores afirmam que, para alcançar a formação leitora nos indivíduos, os docentes precisam gostar de ler e praticar a leitura.

Segundo Yunes (1995, p. 20), “não é possível estimular a leitura e cativar novos leitores se não estamos convencidos das vantagens de ler. Não seremos capazes de converter analfabetos ou iletrados em leitores se não estamos convencidos da importância da leitura”. Nesse sentido, todo docente precisa ser um leitor, sendo convincente pelo próprio exemplo de leitor.

Mas de que leitura estamos falando? Leitura de que tipo de textos? Informativo? Científico? Acadêmico? Artístico? Didático? Religioso?

Sabemos que toda leitura tem sua relevância na formação do leitor, independente da finalidade almejada, seja para deleitar, informar ou formar. Azevedo (2004) declara que todas são importantes e têm suas motivações e que a indiferenciação entre elas, pode afastar as pessoas da leitura.

De fato, consideramos que os diversos tipos de leituras fazem parte do processo de formação leitora do professor, entretanto, dentre as várias leituras existentes, a que aqui nos interessa é a leitura de textos acadêmico-científicos. Dessa forma, optamos por utilizar o termo leitura profissional, definindo-a como um ato de ler para construção e/ou ampliação dos conhecimentos necessários para o desenvolvimento da profissão docente. A esse respeito, Marcelo destaca que

[...] a profissão docente é uma “profissão do conhecimento”. O conhecimento, o saber, tem sido o elemento legitimador da profissão docente e a justificação do trabalho docente tem-se baseado no compromisso em transformar esse conhecimento em aprendizagens relevantes para os alunos. Para que este compromisso se renove, sempre foi necessário e hoje em dia é imprescindível, que os professores – da mesma maneira que é assumido por muitas outras profissões – se convençam da necessidade de ampliar, aprofundar, melhorar a sua competência profissional e pessoal. (MARCELO, 2009, p. 7 - 8).

A partir desta escolha, definimos articular a discussão da leitura profissional com o PNBE do Professor, que foi uma ação do Governo Federal, a qual, por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), distribuiu obras de cunho teórico e metodológico para apoiar a prática pedagógica docente. Conforme Brandão,

O investimento na aquisição e distribuição de livros nas escolas públicas brasileiras corrobora a concepção de que o profissional da educação, particularmente o professor, deve aperfeiçoar-se continuamente. A leitura, inequivocamente, é um meio para fomentar e ampliar a formação contínua. Partindo dessa alegação, pode-se dizer que a leitura profissional é essencial para a constituição da profissão docente em qualquer modalidade de ensino. (BRANDÃO, 2016, p. 105).

Diante disso, indagamos: Qual a contribuição das políticas públicas de leitura para a constituição do professor enquanto profissional leitor? A partir desta indagação, este artigo objetiva refletir sobre o PNBE do Professor e a leitura docente. Para isto, a metodologia que permeou este estudo se deu por meio da abordagem qualitativa, discutida por Lüdke e André

(2013). Os instrumentos utilizados foram: questionário com questões abertas e fechadas aplicadas aos professores do Ensino Fundamental - anos iniciais e análise de documentos governamentais como ofícios, portarias, editais e publicações relacionadas ao PNBE do Professor, expedidos pelo Ministério da Educação (MEC) e dispostos no portal do MEC e Fundo Nacional de Desenvolvimento Educação (FNDE).

Este estudo está organizado para, inicialmente, apresentar os caminhos percorridos para a realização da pesquisa, após, prosseguimos com a discussão teórica acerca da leitura e seguimos com a exposição das informações que contextualiza o PNBE do Professor, para finalizar com a exibição dos dados coletados sobre o (des)conhecimento dos professores em relação ao Programa. A seguir apresentamos o percurso percorrido para a construção desta pesquisa.

Delineamento do percurso metodológico

O referido trabalho apresenta parte dos dados obtidos por meio de pesquisa desenvolvida no período de 2014 a 2016. Este estudo partiu da seguinte questão: Qual a contribuição das políticas públicas de leitura para a constituição do professor enquanto profissional leitor? A partir desta questão, com o objetivo de refletir sobre o PNBE do Professor e a leitura docente, a metodologia deste estudo foi delineada por meio da abordagem qualitativa, discutida por Lüdke e André (2013). No texto marcamos três fases para o desenvolvimento desta pesquisa.

- Primeira fase: a pesquisa bibliográfica para apresentarmos alguns conceitos de leitura.
- Segunda fase: a pesquisa documental, utilizando como fontes os editais, portarias, decretos, dentre outros documentos relacionados como ofícios, portarias, editais e publicações relacionadas ao PNBE do Professor expedidos pelo Ministério da Educação, dispostos no portal do MEC e Fundo Nacional de Desenvolvimento Educação a fim de detalharmos algumas informações do PNBE do Professor.
- Terceira fase: Tomamos por objeto de análise o estudo de caso realizado em quatro escolas estaduais, com trinta (30) professores participantes. Para a coleta de dados utilizamos o questionário com questões abertas e fechadas aplicadas aos docentes do Ensino Fundamental dos anos iniciais. O interesse na aplicação deste instrumento foi o de coletar informações para: a) constatar se os docentes tinham conhecimento dos livros distribuídos pelo PNBE do Professor; b) verificar por intermédio de quem eles conheciam os materiais do

Programa; c) comprovar se eles teriam utilizado as obras. Em conformidade com isso, após descrever o delineamento da pesquisa, apresentamos uma breve conceitualização da leitura no contexto educacional.

Leitura: alguns conceitos

Lemos para saber, para compreender, para refletir. Lemos também pela beleza da linguagem, para nossa emoção, para nossa perturbação. Lemos para compartilhar. Lemos para sonhar e para aprender a sonhar. (MORAES, 1996, p. 12).

Muito mais que uma citação, o trecho de Moraes será o ponto chave para discutirmos, de forma sucinta, alguns conceitos de leitura. Diante do fragmento citado, pensamos em algumas questões sobre a leitura, tais como: O que é ler? Qual é a importância do aprender a ler? Para que ler? Qual a finalidade da leitura?

Ao pensar sobre o que é ler, Freire (2011, p. 11) ressalta que “o ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita, mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo” tendo a experiência e a visão de mundo como fatores necessários para a construção da significação do que for lido. Da mesma forma, Foucambert (1994, p. 5) explica que ler “significa ser questionado pelo mundo e por si mesmo, significa que certas respostas podem ser encontradas na escrita, significa poder ter acesso a essa escrita, significa construir uma resposta que integra parte das novas informações ao que já se é”.

Nesse sentido, o ato de ler não pode ser visto como um ato mecânico, ou como uma simples ação de decodificar e decifrar. Ele deve ser entendido como uma prática social capaz de intermediar a transformação e participação do indivíduo letrado no mundo em que está inserido. Compreendemos, então, que leitura é uma ação que envolve participação ativa dos interlocutores, sendo uma prática social capaz de possibilitar ao indivíduo letrado uma participação ativa na sociedade. Segundo Paviani,

O saber ler é uma condição básica para os que desejam adquirir os diversos níveis de alfabetização da sociedade atual: primeiro, o de saber ler, isto é, competência que se aprende no início da formação escolar; segundo, o de poder participar da vida sociocultural, por exemplo, fazendo valer seus direitos de cidadão, conhecer os mecanismos do mercado, acompanhar o desenvolvimento dos fatos; e, terceiro, de saber lidar com o mundo tecnológico, interagindo com máquinas eletrônicas, por exemplo, ao pagar suas contas ou ao se comunicar via internet. (PAVIANI, 2003, p. 117).

A leitura pode ter diversos direcionamentos que serão determinadas de acordo com o objetivo do leitor. Smith (1991) relata que a leitura jamais pode ser separada das suas finalidades, do conhecimento anterior e das emoções da pessoa engajada na atividade e nem da natureza do texto que está sendo lido. É, em suma, concebida como ferramenta para observar o mundo de uma forma crítica, possibilitando novos conhecimentos, habilidades, emoções e promovendo a participação social.

Para Brito (2012, p. 44), “quando uma pessoa se põe a ler, isso se pode dar tanto por movimento espontâneo, por um desejo pessoal, como por obrigação, em função de um compromisso – de trabalho, de estudo, de participação em uma esfera social”. Dessa maneira, a leitura possui diversos usos e funções, isto é, pode ser utilizada como recurso para proporcionar emoção. Nas palavras de Brito (2012, p. 46), há a afirmação de que “lê-se para deleite pessoal, fruição, entretenimento, como quando se pega um livro ou uma revista e deixa que o pensamento flua sem compromisso ou objetivo além do prazer de ser e de experimentar situações, ambientes, acontecimentos”. Ou a leitura para produzir conhecimento, que:

Lê-se igualmente para buscar informação do que ocorre na política, na economia, na ordem social, como quando se faz a leitura frequente de jornais e periódicos; lê-se, ainda, para instruir-se sobre as coisas práticas ou interessantes ou em busca de ampliação do conhecimento, seja sobre história, ciência, cultura; e pode-se, também, ler como forma de autoconhecimento ou aprimoramento pessoal. (BRITO, 2012, p. 46-47).

Logo, a leitura está relacionada com o contexto de inserção do indivíduo, seja ele pessoal, profissional ou escolar. Independentemente da motivação da leitura, o que se almeja é que o ato de ler seja um direito garantido, oferecendo oportunidades para que todos possam aprender a ler. Por esse viés, percebemos que, por meio da leitura, os cidadãos têm mais possibilidades de adquirir conhecimentos e de participar e/ou transformar a sociedade letrada. Comprendemos, na visão dos autores citados, a importância da leitura tanto para a formação do indivíduo no âmbito da aprendizagem, quanto para os aspectos social, histórico e político.

Ressalte-se que, como discutido anteriormente sobre as finalidades de leitura, este estudo possui como foco principal de discussão a leitura utilizada para aquisição de conhecimento, aqui tratada sob o termo leitura profissional. Castello-Pereira (2005) a nomeia como leitura de estudo, afirmando ainda que é a leitura necessária no dia-a-dia de quem exerce uma atividade intelectual, assim consideramos sua importância tanto na formação como no exercício da docência. Já Silva (2011) utiliza o termo leitura do conhecimento

relacionando diretamente aos processos formativos de pesquisa e estudo, salienta, ainda, que, a partir do momento em que o indivíduo opta por uma profissão, fica claro que além das responsabilidades sociais, também terá que cumprir com a função de estudo permanente em sua área de atuação.

Neste sentido, o trabalho docente sempre estará interligado com a função da leitura. O professor precisa ler para se informar, para se deleitar e para adquirir conhecimento, pois todos os tipos de leitura são importantes para a formação dos indivíduos. Todavia, a leitura profissional é uma ação necessária para qualquer profissão, embora, neste momento o foco seja a de professor. Desse modo, avaliamos que a leitura profissional é essencial no cotidiano docente, até mesmo porque os referidos profissionais devem ser considerados como sujeitos leitores. Conforme Silva (2011), o professor é o sujeito que lê e a leitura é sua conduta profissional. Portanto, leitura e prática docente são termos indissociáveis, um nó que não se pode e nem se deve desatar.

Nesta perspectiva, pensamos a leitura profissional como um recurso essencial para o aperfeiçoamento pessoal e profissional, seja para a formação docente inicial ou continuada. Segundo Andrade (2007), para que o professor faça a reflexão sobre sua prática, é preciso que ele tenha condições de buscar a teoria. Diante da importância de promover a reflexão da teoria com a prática, o MEC, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tendo Fernando Haddad como Ministro da Educação, por meio do Edital de convocação de 2009, incorporou o PNBE do Professor dentro das ações do PNBE. A seguir, exibimos algumas informações específicas do PNBE do Professor.

PNBE do Professor: breves informações

No Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com Paulo Renato de Souza como Ministro da Educação, foi instituído pela Portaria nº 584, de 28 de abril de 1997, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), com a finalidade de distribuir obras de literatura, de pesquisa e de referência para a promoção do acesso e incentivo à leitura por parte de alunos e professores.

Ulteriormente, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Edital de convocação de 2009, foram incorporados outros PNBEs específicos, como: PNBE Especial - obras teóricas sobre necessidades educacionais especiais; PNBE Temático - obras

de literatura sobre reconhecimento e a diversidade humana; PNBE Periódicos - revistas da área educacional e o PNBE do Professor - livros de caráter teórico e metodológico.

O PNBE do Professor surgiu com o objetivo de compor as bibliotecas das escolas públicas com livros teóricos e metodológicos, para serem disponibilizados aos docentes durante os processos formativos e na preparação das aulas. Tais obras são para proporcionar aos docentes a busca de conhecimentos científicos e didáticos, intermediando o desenvolvimento dos saberes nas diferentes áreas de conhecimento.

Todos os acervos deveriam conter as disciplinas específicas de cada grande área, oferecendo apoio aos docentes para desenvolver e consolidar os saberes das diferentes áreas do conhecimento. A seleção dos livros do PNBE do Professor se direciona para uma formação docente que vise o ensino escolar pautado nos princípios da Constituição Federal como “igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; liberdade de aprender e ensinar; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; gratuidade do ensino público; gestão democrática; e garantia de um padrão de qualidade” (BRASIL, 2009, p. 16).

Neste sentido, o Programa visa contribuir para o processo de formação permanente e continuada dos educadores, “por meio da atualização de conhecimentos advindos das pesquisas acadêmicas e científicas, do aprofundamento de saberes referentes às diferentes áreas do conhecimento e do estabelecimento de relações entre campos de conhecimento específicos” (CEDAC, 2015, p. 07). Sobre a composição dos acervos, os editais trouxeram como exigências as inscrições de livros para as diversas áreas do conhecimento: Língua e Códigos (Língua Portuguesa, Alfabetização, Inglês, Espanhol, Arte, Educação física); Ciências Humanas (História, Geografia, Sociologia, Filosofia) e Ciências da Natureza e Matemática (Matemática, Ciências, Física, Química, Biologia).

Com o acréscimo da categoria da Educação Infantil no PNBE do Professor 2013, as exigências dos campos disciplinares para esta modalidade de ensino foram: a) Projetos e práticas pedagógicas na educação infantil; b) As especificidades dos bebês e seu desenvolvimento em espaço coletivo, Movimento, música, artes plásticas e gráficas, cinema, teatro e dança, Trabalho com linguagem oral e escrita na educação infantil; c) Relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço-temporais, Interações e brincadeiras na educação infantil; d) Trabalho com o mundo físico e social, tempo e natureza. (BRASIL, 2011).

Vale ressaltar que, para a aquisição das obras pelo Governo Federal há todo um processo a ser seguido e respeitado. Assim, o PNBE do Professor foi executado pelo FNDE a

partir das seguintes etapas: 1) Elaboração e disponibilização do Edital no Diário Oficial da União (DOU) e na internet: o documento estabeleceu os critérios para a inscrição, composição e avaliação das obras a serem adquiridas pelo PNBE; 2) As editoras realizam as inscrições dos livros seguindo as normas estabelecidas pelo Edital; 3) Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) coordenam a primeira etapa de seleção das obras verificando os aspectos físicos e ditatoriais, nesta etapa são eliminados os livros que não atendem aos critérios estabelecidos pelo edital; 4) Após a primeira seleção, são formados lotes com os livros para serem encaminhados aos professores de instituições públicas de Ensino Superior para a avaliação pedagógica; 5) Com as obras avaliadas e selecionadas, é formalizada a lista com os títulos para que o FNDE inicie o processo de negociação, assinatura do contrato com as editoras e determinação da quantidade de obras; 6) A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) entrega os acervos para às escolas. (BRASIL, 2015).

Para escolas das zonas rurais, os acervos são entregues nas secretarias municipais de educação ou prefeituras, as quais serão responsáveis por distribuírem às escolas rurais. A distribuição das obras pode ser acompanhada no portal do FNDE, pelo Sistema do Material Didático (SIMAD)(BRASIL, 2015). Até o momento, foram distribuídas duas edições do Programa o PNBE do Professor 2010 e o PNBE do Professor 2013. O PNBE do Professor 2010 chegou às escolas no ano de 2011, com acervos formados para atender aos docentes do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, sendo adquiridos 6.983.131 livros com um custo de R\$ 48.743.426,18, que atenderam 140.131 escolas públicas (BRANDÃO, 2016). O Quadro 1 demonstra os dados detalhados do Programa a partir da negociação com as editoras.

QUADRO 1 - VALORES NEGOCIADOS COM AS EDITORAS PARA PNBE DO PROFESSOR 2010

PNBE DO PROFESSOR 2010					
Categorias	Obras por acervo	Valores por acervo	Tiragens por obras	Total de obras adquiridas	Investimento total
E F- anos iniciais	53	354,78	71.386	3.783.458	25.326.325,08
E F - anos finais	39	269,84	40.891	1.594.749	11.034.027,44
E F - EJA	17	108,69	45.066	766.020	4.340.179,20
Ensino Médio Regular e EJA	44	392,61	19.066	838.904	7.485.502,26
TOTAL	153	1.125,92	176.403	6.983.131	48.743.426,18

FONTE: BRANDÃO (2016, p. 93)

É pertinente ressaltar que os valores demonstrados no Quadro 1 foram retirados do documento “Valores contratados – PNBE do Professor 2010 – Títulos – Valores” disponibilizados no sítio do FNDE, portanto os valores referenciados correspondem aos valores de compra, assim informamos que o total final de investimento financeiro do Programa foi de R\$ 59.019.172,00.

Por outro lado, em relação ao PNBE do Professor 2013, segunda edição do Programa, os livros chegaram para as escolas no ano de 2014, distribuindo 12.106.780 livros, totalizando R\$ 104.601.156,59 que foram pagos as editoras. (BRANDÃO, 2016). Nesta edição, incluíram-se os professores da Educação Infantil, assim os livros atenderam todos os níveis de ensino da Educação Básica. No Quadro 2 consta as informações dos valores negociados com as editoras para a aquisição do PNBE do Professor 2013.

QUADRO 2 - VALORES NEGOCIADOS COM AS EDITORAS PARA PNBE DO PROFESSOR 2013

PNBE DO PROFESSOR 2013					
Categorias	Obras por Acervo	Valores por Acervo	Tiragens por obras	Total de obras adquiridas	Investimento total
Educação Infantil	20	138,13	106.626	2.132.520	14.728.249,38
E F - anos iniciais	30	202,28	149.510	4.485.300	30.242.882,80
E F - anos finais	30	205,83	102.955	3.088.650	21.191.227,65
Ensino Médio	30	220,01	62.177	1.865.650	13.679.561,77
E F- EJA	10	57,41	43.797	437.970	2.514.385,77
Ensino Médio EJA	5	35,55	19.406	97.030	689.883,30
TOTAL	125	859,21	484.471	12.106.780	83.046.190,67

FONTE: BRANDÃO (2016, p. 93)

No ano de 2013, relacionadas ao PNBE do Professor, todas as obras foram adquiridas na versão impressa e na versão MecDaisy. Nesta última versão foram investidos R\$ 778.287,60 na distribuição de 4.745 obras para compor 122.725 acervos. Diante dos dados expostos, verificamos que o Programa teve o investimento total de R\$ 83.824.478,27. Em se tratando da análise dos recursos financeiros do Programa, verificamos que nas duas edições do PNBE do Professor foram investidos R\$ 163.520.328,59 na aquisição de 19.089.911 livros, valores correspondente são investimento total, isto é, o custo da aquisição até a distribuição dos livros.

Conforme Paiva (2013, p. 1), “a política de distribuição de livros, protagonizada principalmente pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), não se traduziu na apropriação do livro, tampouco na formação de leitores. Na maioria das vezes, as obras literárias não saem das caixas”. De acordo com os dados apresentados podemos dizer que o Governo Federal realizou um investimento significativo na distribuição de livros para os

professores das escolas públicas, atendendo a todos níveis de ensino da educação básica, bem como as diferentes áreas de conhecimento. Entretanto, o investimento e a distribuição ainda não são garantias de que os materiais são conhecidos e utilizados pelos professores. Prosseguimos com os dados de trinta (30) professores participantes do estudo que demonstram o (des)conhecimento do PNBE do Professor.

PNBE do Professor: um (des)conhecido nas unidades escolares?

Antes de falar do (des)conhecimento dos docentes sobre o PNBE do Professor, revelamos o perfil dos professores que participaram da pesquisa. Foi, um total de trinta (30) participantes, sendo vinte e nove (29) mulheres e um homem. Os docentes que responderam o questionário tinham de 26 a 52 anos de idade, sendo que 43% dos docentes possuíam entre 30 a 39 anos e 43% entre 40 a 49.

No que refere à graduação, vinte e cinco (25) professores eram graduados em Pedagogia, o que equivale a 83% dos docentes que compuseram o *corpus* desta investigação. E cinco possuíam o Normal Superior. Podemos dizer que todos os professores participantes tinham formação superior, fato que demonstra que estavam dentro das exigências do Decreto nº 3276, de 06 de dezembro de 1999, o qual tornou obrigatória a formação superior como requisito para o exercício do magistério na Educação Básica.

Art. 1º A formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, observado o disposto nos arts. 61 a 63 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, far-se-á conforme o disposto neste Decreto.

Art. 2º Os cursos de formação de professores para a educação básica serão organizados de modo a atender aos seguintes requisitos:

I - compatibilidade com a etapa da educação básica em que atuarão os graduados;

II - possibilidade de complementação de estudos, de modo a permitir aos graduados a atuação em outra etapa da educação básica;

III - formação básica comum, com concepção curricular integrada, de modo a assegurar as especificidades do trabalho do professor na formação para atuação multidisciplinar e em campos específicos do conhecimento;

IV - articulação entre os cursos de formação inicial e os diferentes programas e processos de formação continuada. (BRASIL, 1999, p.1).

No momento da coleta de dados, dezoito (18) sujeitos afirmaram que tinham concluído a especialização. Desses dezoito (18) que eram pós-graduados, oito cursaram Psicopedagogia, ressaltamos que nenhum professor possuía mestrado. A experiência profissional dos professores concentra-se em 40% com mais de dez anos e em 27 % dos

docentes com o tempo de 6 há 10 anos, o que é significativo para a pesquisa sobre o PNBE do Professor que teve sua primeira edição em 2010 embora tenha sido entregue às escolas no ano de 2011. Assim, o tempo de experiência não justificaria o desconhecimento do Programa para os professores, pois eles já eram atuantes na educação pública no período da distribuição das primeiras obras do Programa.

Dessa maneira, por meio do questionário, perguntamos: Você sabe o significado da sigla PNBE? Iniciamos com a pergunta sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola, pois ele é o Programa maior ao qual o PNBE do Professor está inserido como uma ação específica. Nesta questão, dos vinte e seis (26) sujeitos que responderam conhecer o significado da sigla PNBE, apenas catorze (14) descreveram o nome do Programa corretamente e doze (12) grafaram o nome de forma incorreta. Cabe ressaltar que, apenas conhecer a sigla do Programa não significa que os participantes entendiam o PNBE.

Entretanto, saber o significado da sigla também tem o seu valor, pois demonstra que, pelo menos, os professores sabiam da existência do Programa Federal dentro das unidades escolares, porém, apenas com essa informação não podemos afirmar que os docentes sabiam que os livros estavam nas escolas e, muito menos, que teriam utilizado alguma obra. Paiva afirma que

Muitos professores relatam que nunca souberam que esses livros chegavam às escolas. Se eles não sabem o paradeiro dos livros, como é que vamos pensar numa política de formação de leitores? Além da falta de informação, falta a formação do professor enquanto mediador. Se ele não é leitor, não terá a competência instalada de mediador de leitura. (PAIVA, 2013, p. 2).

É pertinente lembrar que o PNBE iniciou a distribuição de livros às escolas públicas em 1998, então podemos afirmar que o Programa, em 2014, ano da pesquisa, completou dezessete (17) anos de existência, tendo quinze edições de distribuição como demonstramos no quadro 3.

QUADRO 3 - DISTRIBUIÇÃO E INVESTIMENTOS NO PNBE (1998 A 2014)

PROGRAMA - ANO	QUANT. DE LIVROS e REVISTAS	INVESTIMENTO
PNBE 1998	3.660.000	29.830.886,00
PNBE 1999	3.924.000	24.727.241,00
PNBE 2000	3.728.000	15.179.101,00
PNBE 2001	60.923.940	57.638.015,60
PNBE 2002	21.082.880	19.633.632,00
PNBE 2003/2004	49.034.192	56.224.104,30
PNBE 2005	5.918.966	47.268.337,00
PNBE 2006	7.233.075	45.509.183,56

PNBE 2008	8.601.932	65.283.759,50
PNBE 2009	10.602.491	77.498.631,10
PNBE 2010	30.415.720	146.716.014,04
PNBE 2011	17.115.844	101.962.988,98
PNBE 2012	25.635.233	134.733.348,58
PNBE 2013	34.418.960	248.055.011,74
PNBE 2014	34.145.070	150.840.016,06
TOTAL	316.440.303	1.163.462.254,86

FONTE: BRANDÃO (2016, p. 83)

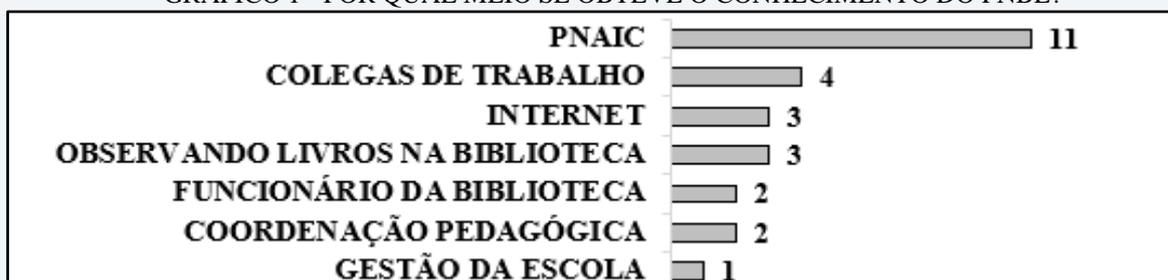
Analisando o Quadro 3, comprovamos que até o ano de 2014 o investimento no PNBE foi contínuo. Para Paiva:

É muito louvável a política que gasta milhões de reais por ano para atender as bibliotecas. O problema é que essa política universal de distribuição de livros não vem acompanhada de uma formação de mediadores de leitura. Antigamente, questionava-se que os alunos de escolas públicas não tinham acesso aos livros. Hoje os livros chegam às bibliotecas, mas permanecem dentro das caixas. O País precisaria investir em formação de mediadores de leitura, mas antes é necessário informar que os livros estão chegando. (PAIVA, 2013, p. 2).

Diante destas informações levantamos algumas hipóteses para o desconhecimento do PNBE: Será que alguns professores relacionam os livros do PNBE com a nomeação de materiais distribuídos pelo Governo Federal, sem a especificidade de cada programa? No meio escolar, muitas vezes, escutamos a referência de livros do Governo Federal e não o uso do nome do Programa que os materiais fazem parte.

A partir da análise dos dados sobre o significado da sigla, tivemos o interesse em compreender como os professores obtiveram este conhecimento. Assim, a outra questão apresentada foi: Por qual meio se obteve o conhecimento do PNBE? O Gráfico 1 apresenta os dados que demonstram a fonte que promoveu o conhecimento do Programa.

GRÁFICO 1 - POR QUAL MEIO SE OBTVEU O CONHECIMENTO DO PNBE?



FONTE: BRANDÃO (2016, p. 150)

Dos vinte e seis (26) professores que disseram conhecer a sigla do PNBE, onze (11), ou seja, 42% dos docentes afirmaram que obtiveram o conhecimento por meio do Pacto

Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Programa de formação para professor alfabetizador instituído pelo MEC em 4 de julho de 2012, pela portaria nº 867. O alto índice de conhecimento por meio do Programa se justifica pelo fato de que, no ano de 2013, foram iniciadas as ações de formação para os professores da área de linguagem. A respeito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, Cardoso e Cardoso o caracterizam como:

Trata-se de programa de formação de professores alfabetizadores, decorrente do compromisso formal assumido pelos governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental. Para o alcance dessa meta, as **ações do Pacto compreendem um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas, disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC)**, que buscam contribuir para a alfabetização e o letramento das crianças. (CARDOSO; CARDOSO, 2016, p. 91, grifos das autoras).

Uma das ações do PNAIC, mesmo que de forma sucinta, foi a de instigar os professores participantes da formação para que procurassem, manuseassem e, principalmente, utilizassem os materiais distribuídos pelo PNBE nas suas práticas pedagógicas. Nas palavras de Souza, Silva e Ariosi (2016), entre os objetivos da formação e a dinâmica dos encontros do PNAIC estavam o conhecimento dos materiais pedagógicos distribuídos pelo MEC (PNBE e PNLD), o planejamento da alfabetização a partir de uma rotina com a perspectiva do letramento e a compreensão da importância da literatura no Ensino Fundamental.

Dessa forma, percebemos a importância da articulação entre os Programas implantados pelo Ministério da Educação, pois o quantitativo de docentes que citaram o PNAIC como meio de obter o conhecimento do PNBE foi significativo dentre os professores participantes. Na avaliação do Programa Nacional Biblioteca da Escola realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) já apresentava a preocupação em verificar as possibilidades de reforçar o monitoramento, de implantar o acompanhamento e a avaliação do Programa, de interagir tanto com outros programas do MEC quanto com iniciativas dos outros níveis de governo (BRASIL, 2002). Outra forma de conhecimento citada foi por meio da observação dos livros na biblioteca, a qual demonstra que a exposição das obras deve ser feita de tal forma que as mesmas fiquem visíveis e acessíveis para que, quando os professores frequentarem o local possam visualizar, conhecer, se interessar e, conseqüentemente, utilizar os livros em suas leituras.

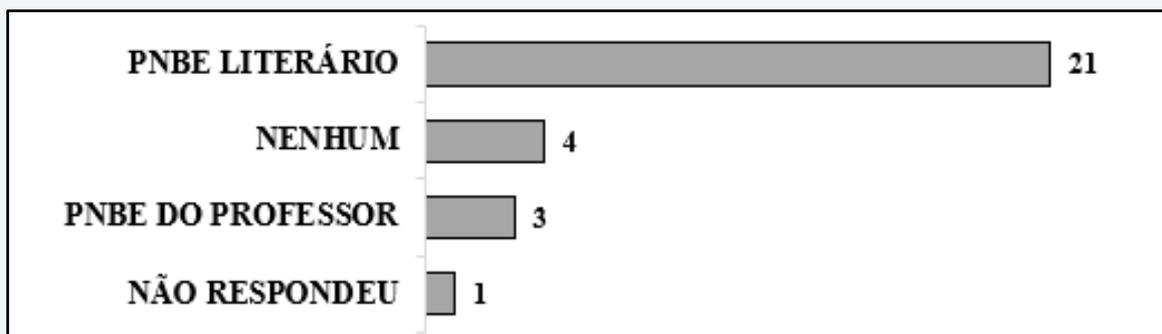
Poucos professores relataram ter o conhecimento por intermédio dos funcionários das bibliotecas, coordenadores e diretores, esse dado é importante para se pensar no papel desses sujeitos, na divulgação e circulação dos materiais que as escolas recebem. Sobre a importância dos profissionais das bibliotecas conhecerem os acervos e materiais dispostos no local de trabalho, Souza (2009, p. 09) ressalta que ainda são restritas as ações que viabilizem a formação dos “profissionais que atuam nas bibliotecas escolares para o reconhecimento do potencial do material disponibilizado e suas possibilidades educativas no cotidiano escolar, em especial, na sala de aula e na biblioteca”. Nesta direção, ficam alguns questionamentos: Como é realizada a divulgação dos materiais recebidos? Como esperar que os materiais sejam utilizados, se os profissionais desconhecem sua chegada às escolas?

Assim, ficou nítida a necessidade de mediação entre os livros e professores, a fim de proporcionar divulgação e conhecimento das obras distribuídas pelos programas do Governo Federal. Quanto mais os gestores, coordenadores, profissionais das bibliotecas e professores conhecerem os acervos do PNBE, mais serão as possibilidades de divulgação e incentivo à circulação e utilização.

Como já foi dito anteriormente, todos são responsáveis pela movimentação dos programas no meio escolar. Podemos afirmar que a pesquisa também proporcionou o conhecimento em relação ao PNBE, pois três participantes revelaram que passaram a conhecer o Programa a partir do questionário uma vez que, para responder as questões, foram procurar informações na internet. Como informamos no subtítulo “PNBE do Professor: Breves informações”, o Programa Nacional Biblioteca da Escola distribuiu os seguintes PNBEs: PNBE Literário, PNBE Especial, PNBE Temático, PNBE Periódicos e o PNBE do Professor. Desse modo, outra questão apresentada foi: Quais materiais do PNBE você conhece?

Dos participantes que demonstraram conhecer a sigla do Programa, vinte e um (21) disseram que conheciam os acervos do PNBE Literário, que distribuiu obras literárias para o trabalho com alunos e desses vinte e um (21), três afirmaram também conhecer o acervo do PNBE do Professor. Nenhum registrou o conhecimento do PNBE Especial, PNBE Temático e PNBE Periódicos. O Gráfico 2 apresenta os dados coletados.

GRÁFICO 2 - ACERVOS DO PNBE QUE OS PROFESSORES CONHECIAM



FONTE: BRANDÃO (2016, p. 153)

Em relação às três professoras que responderam que conheciam e que teriam utilizado algum livro do PNBE do Professor, percebemos o equívoco de suas respostas, pois, quando informaram os títulos dos livros utilizados e a finalidade do uso, responderam:

A Menina que roubava livros. Eu gostei muito dessa história por ter sido uma história real. (PROFESSORA 1, 2014).

Revista Nova Escola. Aprofundar meu conhecimento e aperfeiçoar minha prática pedagógica. (PROFESSORA 2, 2014).

Vamos passear. Para autoconhecimento e para a leitura em sala de aula com os alunos. (PROFESSORA 3, 2014).

Dentre as obras citadas, analisamos que:

- ✓ A obra “A menina que roubava livros”, que é um best-seller, e não compôs nenhum dos acervos do PNBE, assim a sua existência na escola deve ter ocorrido ou por aquisição da escola ou por doação, situação comum para as bibliotecas públicas;
- ✓ O livro “Vamos passear” é uma obra literária que fez parte da composição do acervo do PNBE 2012 direcionado aos alunos da Educação Infantil, provavelmente a Professora 3 trabalha nas duas redes de ensino (Educação Infantil e Ensino Fundamental), o que é um fato comum entre os docentes;
- ✓ A “Revista Nova Escola” pertence ao PNBE Periódicos, que foi distribuído às escolas do Ensino Fundamental.

De acordo com as informações, notamos que as respostas não estavam relacionadas aos materiais do PNBE do Professor ficando claro que os professores não conheciam os objetivos e a função do Programa. Os dados desta pesquisa juntamente com os dados de Montuani (2013), Kich (2011), Marques (2013) intensificam a necessidade de ações que promovam o conhecimento dos livros pelos professores, haja vista a não utilização estar interligada ao desconhecimento.

Em relação ao PNBE Periódicos, nenhum dos participantes da pesquisa afirmou ter conhecimento das revistas, entretanto, a Professora 2 relatou ter lido a Revista Nova Escola e, diante disso, ficamos com a hipótese que os docentes não associaram a palavra periódico com as revistas que chegam às escolas. Sobre o PNBE Periódico, Derney (2014) quando fez suas observações nas bibliotecas das escolas, relatou que as revistas do Programa estavam armazenados na sala de leitura e, a maioria deles, lacrados e amontoados em meio a pilhas de livros didáticos, revelando que nunca foram abertos, apesar de estarem na escola há um longo período de tempo

Os dados também demonstraram que o conhecimento dos docentes em relação ao PNBE se resume na distribuição de livros literários. Podemos dizer que o PNAIC influenciou nesse conhecimento, já que um dos eixos do Programa era incentivar o uso dos materiais distribuídos pelo Governo Federal. De acordo com Montuani

[...] nos cadernos de formação do PNAIC há o incentivo para que se utilizem esses materiais enviados pelo governo para a elaboração de atividades em sala de aula, integrando as capacidades (denominadas no material como direitos de aprendizagem) de alfabetização e de outras áreas de conhecimento. (MONTUANI, 2013, p. 206).

A autora ainda salienta que é importante a valorização dessa iniciativa de tentar integrar às ações do MEC, mas sabe-se que “ainda são ações ‘tímidas’ e que acabam mais uma vez por privilegiar o envio de recursos materiais sem o estabelecimento de ações consistentes que acolham esses programas, integrando as ações das redes de ensino como um todo” (MONTUANI, 2013, p. 207). Nesta mesma direção de articulação entre programas, Souza e Giroto em seus estudos “A literatura na escola: espaços e contextos”, indicaram a

[...] necessidade de investimentos em programas de formação de professor não somente em relação a conteúdos específicos do ensino e da aprendizagem da leitura e da literatura, mas a aspectos de sua própria formação cultural, no caso de leitores, a fim de se constituírem como mediadores de leitura, bem como na dinamização dos espaços que contextualizem essa mediação. (SOUZA; GIROTTO, 2009, p. 30).

Aqui, caberiam algumas indagações para novas investigações: Os docentes conhecem todos os materiais distribuídos pelo Programa? Que tipo de uso eles têm feito com esses materiais? Algumas dessas questões já foram apresentadas nesta pesquisa, porém a utilização do questionário para a coleta de dados limitou o aprofundamento em algumas informações.

Por fim, constatamos que dos trinta (30) docentes que participaram da pesquisa, nenhum utilizou os livros do PNBE do Professor. Diante de todos os dados expostos, acreditamos ser pertinente informar que, por meio de ofício enviado ao MEC e dados do Sistema de Materiais Didáticos (SIMAD), confirmamos que as quatro escolas pesquisadas receberam os acervos das duas edições do PNBE do Professor. De tal modo, comprovamos que os livros estavam nas escolas, mas que os docentes desconheciam as obras do Programa.

Algumas ponderações

O Ministério da Educação tem promovido políticas públicas de incentivo à leitura e como ação específica para a leitura profissional docente distribuiu o PNBE do Professor. Diante disso, esta pesquisa buscou refletir sobre o PNBE do Professor e a leitura docente. Compreendemos que todas as leituras são essenciais para a constituição do professor-leitor, mas também ressaltamos que a leitura profissional é fundamental para todos os professores, não existindo a possibilidade de negá-la tanto no processo de formação acadêmica quanto no exercício da profissão docente.

Consideramos que o PNBE do Professor é um Programa relevante no cenário nacional e, no ano de 2016, completou cinco anos de existência, com duas edições de distribuições o PNBE do Professor 2010 e o PNBE do Professor 2013. No entanto, constatamos que o PNBE do Professor ainda é um desconhecido para muitos professores das escolas públicas e, se ele está desconhecido no espaço escolar, a sua utilização não está sendo efetivada.

Um dos motivos, de acordo com as informações registradas nos questionários, está relacionado com a falta de conhecimento em relação ao PNBE do Professor, tanto pelos responsáveis pelas bibliotecas das escolas, como pelos diretores, coordenadores e professores. Diante disso, é primordial que todos os profissionais conheçam os materiais que são distribuídos pelos programas governamentais.

Para finalizar, ressaltamos a necessidade de uma sensibilização dos profissionais mediadores para que aconteça a divulgação e conseqüentemente o uso das obras no desenvolvimento da formação no meio escolar. Devido à impossibilidade de estendermos a discussão e dada a premência de algo que conclua esse estudo, é preciso dizer que, aparentemente, tudo isso nos levou a algumas indagações para os próximos estudos. Como garantir a efetivação dos usos dos materiais do PNBE do Professor? Qual a opinião dos professores sobre as possibilidades de uso desses materiais? Por conseguinte, estas são investigações que serão apreciadas em reflexões futuras.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ludmila Thomé de. **Professores Leitores e sua Formação**: Transformações discursivas de conhecimento e de saberes. Coleção Educação e Linguagem. Belo Horizonte, MG: Ceale; Autêntica, 2007.

AZEVEDO, Ricardo. Formação de leitores e razões para a literatura. In: SOUZA, Renata Junqueira de. (org.). **Caminhos para a formação do leitor**. São Paulo: DCL (2004), p. 37 - 47, 2004.

BRANDÃO, Claudia Leite. **PNBE do Professor**: Usos e desusos. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. Rondonópolis, 2016.

BRASIL. **Decreto Nº 3.276**, de 6 de dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3276.htm> Acesso em: 24 de jul. de 2015.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao>. Acesso em: 24 de jul. de 2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Avaliação do TCU sobre o Programa Nacional Biblioteca na Escola** / Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital de convocação para inscrição de obras de apoio pedagógico destinadas a docentes no processo de avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE do Professor 2010**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital de convocação 02/2011 - Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE do Professor 2013**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2011.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **Inquietudes e Desacordos**. A Leitura além do óbvio. São Paulo: Mercado das Letras, 2012.

CARDOSO, Cancionila Janzkovski; CARDOSO André Janzkovski. Formação Continuada no contexto do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: alinhamento entre práticas, princípios formativos e objetivos. **Revista Práxis Educativa**. V.11, n.1, p. 89 -106, jan./abr.2016.

MARCELO, Carlos. Desenvolvimento profissional docente: passado e futuro. Sísifo. **Revista de Ciência da Educação**, jan./abr. 2009, n. 08, p. 7-22.

CASTELLO-PEREIRA, Leda Tessari. **Leitura de Estudo**: Ler para aprender a estudar e estudar para aprender a ler. 2 ed. Campinas. SP: Alínea, 2005.

CEDAC. Comunidade Educativa. **Caderno de orientação para o uso pedagógico e formativo dos Acervos do programa nacional Biblioteca da Escola PNBE do Professor**. São Paulo: Fundação SM, 2015.

DERNEY, Aparecido. **Leitura na formação docente**: um estudo das práticas dos professores de Língua Portuguesa durante a hora-atividade. Dissertação (Mestrado em Educação). Rondonópolis: UFMT, 2014, p. 61-85.

FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. Trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artmed, 1994.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51ª edição. São Paulo: Autores associados/ Cortez, 2011.

KICH, Morgana. **Mediação de leitura literária**: o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)/2008 / . 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Uberlândia, 2011.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens Qualitativas. 2ª ed São Paulo: EPU, 2013.

MARQUES. Maria José Diógenes Vieira. **Programa Nacional Biblioteca da Escola: PNBE do correio à sala de aula**, 2013, 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade em Educação, Uberlândia, 2013.

MONTUANI, Daniela Freitas Brito. **O Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE: conhecimento, circulação e usos em um Município de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

MORAES. José. **A arte de ler**. São Paulo: UNESP, 1996, p.12.

PAIVA, Aparecida. Entrevista: Barrados na escola. Carta Fundamental. **Revista Carta Capital**. Abril/2013, p. 1-5. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/educacao/carta-fundamental-arquivo/barrados-na-escola>. Acesso em julho 2014.

PAVIANI, Jayme. **Ensinar**: deixar aprender. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

PAVIANI, Jayme. **O ato de ler**: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **O ato de ler**: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SMITH, Frank. **Compreendendo a leitura**. 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

SOUZA, Renata Junqueira de. Prefácio. In: SOUZA, Renata Junqueira de. (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**: o mediador em formação. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009. p. 09 -18.

SOUZA, Renata Junqueira de; GIROTTI, Cyntia Graziella Guizelim Simões. Ler para aprender? Práticas docentes em leitura e literatura. **Revista Desenredo**. Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 5 - n. 1 - 21-31 - jan./jun. 2009.

SOUZA, Renata Junqueira de; SILVA, Kênia A. de A. M.; ARIOSI, C. M. F. **A Leitura e a Função da Literatura no PNAIC**: para Além do Deleite. Educação em Revista, Marília, v.17, p. 63-80, 2016, Edição Especial.

YUNES, Eliana. De leitor para leitores: políticas públicas e programas de incentivo à leitura. In: ABREU, Márcia. **Leituras no Brasil**: antologia comemorativa pelo 10º Cole. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

SOBRE AS AUTORAS:

Claudia Leite Brandão

Doutoranda em Educação na Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" - Câmpus de Presidente Prudente. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professora da rede básica de ensino no Estado de Mato Grosso, atuando como Formadora no Centro de Formação e Atualização de Professores (CEFAPRO) de Primavera do Leste-MT. Integrante do Grupo de Pesquisa Formação de professores e as relações entre as práticas educativas em leitura, literatura e avaliação do texto literário e do Grupo Alfabetização e Letramento Escolar – ALFALE. E-mail: cau_brandao@live.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7172-719X>

Sílvia de Fátima Pilegi Rodrigues

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso – Câmpus de Rondonópolis. Pós-doutorado em Educação na Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" - Câmpus de Presidente Prudente. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Alfabetização e Letramento Escolar – ALFALE. Integrante no Grupo de Pesquisa Formação de professores e as relações entre as práticas educativas em leitura, literatura e avaliação do texto literário. E-mail: silviapilegi@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-0109-4593>

Recebido em: 20 de abril de 2018
Aprovado em: 16 de dezembro de 2018
Publicado em: 01 de julho de 2019